



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ATA - TRE-MA/PR/DG/COGEM/NAG

ATA DA 2ª REUNIÃO DO COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU

Data: 07.6.2024, sexta-feira.

Horário inicial: 9h

Horário final: 12h50

Tipo de Reunião: Online, pela plataforma ZOOM (<https://zoom.tre-ma.jus.br/reuniao/>)

Disponível pelo Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ic9pAk6CJws>

Considerações iniciais:

A **Coordenadora de Gestão Estratégica e Modernização (COGEM), Karla Abdala**, iniciou informando sobre a atualização da composição do Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau (COM1GR), passando a palavra ao Desembargador Presidente.

Presidente, Des. José Gonçalo de Sousa Filho, saudou os presentes e manifestou sua satisfação em participar da 2ª Reunião do COM1GR. Mencionou que a agenda foi previamente revisada, destacando que alguns pleitos podem ser prontamente atendidos, enquanto outros precisarão de uma análise mais aprofundada. Enfatizou que as ações relacionadas ao orçamento são, em sua maioria, determinadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Solicitou aos magistrados, gestores e servidores que realizem reuniões e campanhas em seus municípios, visando garantir a participação de mesários voluntários para as seções eleitorais. Parabenizou a todos pela realização da reunião, evento que promove uma efetiva gestão participativa e colocou-se à disposição para tratar sobre qualquer assunto.

Desenvolvimento da reunião:

Coordenadora de Gestão Estratégica e Modernização (COGEM), Karla Abdala, agradeceu a participação do Des. Presidente e demais presentes! Explicou que se tratava de uma reunião técnica, cuja pauta foi apresentada pelos Chefes de Cartório integrantes do COM1GR. Neste momento, a Assessora de Gestão de Eleições, Célia Regina Carneiro da Silva Mesquita, sugeriu a inversão da ordem da pauta, prontamente concedida pelo Diretor-Geral.

PAUTA: ASSUNTOS POR COMPETÊNCIA**ASSESSORIA DE GESTÃO DE ELEIÇÕES**

1. Plano Integrado de Eleições 2024: **Assessora de Gestão de Eleições, Célia Regina Carneiro da Silva Mesquita**, explicou que o Plano havia sido aprovado no final de 2023. No entanto, em março deste ano, novas Resoluções do TSE foram publicadas, juntamente com mudanças na composição da alta administração, o que demandou um replanejamento de alguns processos. Apesar disso, o plano manteve o mesmo princípio e metodologia anterior, embora tenha havido mudanças nas datas e um ajuste significativo na forma de auditoria, devido à inclusão do teste de integridade com biometria. Essa questão será abordada em uma reunião exclusiva sobre auditoria com a servidora Luciana Linard, uma das gerentes desse processo. Os indicadores de resultados e o cronograma de reuniões permanecem os mesmos, porém, houve alteração na composição, em relação aos novos gestores: Laiana de Oliveira (Presidência), Klayton Noboru Passos Nishiwaki (Corregedoria) e José Wagner Sales Ferreira (Tecnologia da Informação e Comunicação). O Plano foi aprovado sem objeções.

2. Plano de Enfrentamento aos Riscos dos Processos de Eleição: **Assessora de Gestão de Eleições, Célia Regina Carneiro da Silva Mesquita**, informou que o Plano foi elaborado abrangendo 24 processos de eleição, contando com a assessoria da ASGEL e tendo sido aprovado pelo Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos. Atualmente, está em análise pelos conselhos e comitês, para aprovação. Posteriormente, será apreciado pelo Pleno. Devido à sensibilidade dos assuntos abordados, será publicado apenas na intranet, considerando a segurança das informações tratadas. O objetivo desse Plano é realizar uma análise abrangente para identificar potenciais riscos nas categorias elencadas pela Política de Gestão de Riscos do Tribunal (estratégico, de imagem, de conformidade e operacional), analisando os possíveis impactos e buscando mitigar ou evitar que os riscos se concretizem. O Plano foi aprovado sem manifestações em contrário.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

1. Rever as vedações do concurso de remoção: **Secretário de Gestão de Pessoas, Gilson Rodrigues Borges**, informou que as vedações existem para garantir que as Zonas Eleitorais não fiquem com um corpo de pessoal deficiente. No momento, existem 30 (trinta) Zonas Eleitorais em estado crítico, como Cândido Mendes e São João Batista, que possuem apenas 01 (um) servidor efetivo. A restrição de dois anos visa evitar a saída de servidores. Mencionou que será estudada a possibilidade de flexibilização dessa regra, considerando a realidade das Zonas e dos servidores nelas lotados.

Williams Sobreiro Soares, Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), esclareceu mencionando que a regra de 2 (dois) anos poderia ser relativizada para os Cartórios que contam com mais de um servidor, permitindo a movimentação desses servidores em caráter definitivo e não apenas para seleções temporárias.

2. Não abertura de ciclo DFT em ano eleitoral ou que seja fornecido um canal de comunicação durante o horário de funcionamento das Zonas para tirar dúvidas: **Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares**, relatou que há uma grande quantidade de subjetividade no preenchimento do DFT, com cada Zona Eleitoral preenchendo de acordo com seu próprio modo de operação. Destacou ser de

conhecimento geral que durante o período eleitoral não há tempo disponível para o preenchimento desse tipo de relatório e sugeriu que esse esforço aconteça após o período crítico das eleições. Além disso, observou que a maioria dos dados necessários já está disponível no SEI e PJe, o que poderia simplificar e agilizar o processo de preenchimento.

Chefe da 20ª ZE (Viana), Windson José David e Silva, sugeriu que fosse criado um grupo que ouvisse as demandas do 1º grau, buscando uma forma de parametrizar as atividades.

Secretário de Gestão de Pessoas (SGP), Gilson Rodrigues Borges, esclareceu que o DFT (Dimensionamento da Força de Trabalho) é uma ferramenta criada pela Universidade de Brasília e implementada pelo TSE nos Regionais, com o objetivo de adequar a força de trabalho às unidades. Destacou que o uso do DFT é uma imposição do TSE. Enfatizou que essa ferramenta auxilia a SGP a compreender a situação de cada Zona Eleitoral, permitindo a proposição de ações de melhoria. Ressaltou que o que pode ser discutido é a possibilidade de aumentar o ciclo para 4 meses, bem como a importância da padronização de tarefas. Informou que essa demanda está, atualmente, sendo conduzida pela servidora Vanessa de Araújo Camapum, que buscará melhorias relacionadas ao DFT.

3. Suspensão do teletrabalho ou garantir o auxílio dos servidores de teletrabalho a sua Zona de origem no período eleitoral: **Secretário de Gestão de Pessoas, Gilson Rodrigues Borges**, destacou que a atividade de julgamentos foi transferida para a Secretaria Judiciária Única (SJU), resultando em um processamento mais rápido dos casos sem acúmulo. Reconheceu que algumas Zonas Eleitorais foram prejudicadas em suas atividades presenciais devido a essa mudança. Embora a possibilidade de retorno dos servidores em teletrabalho às suas Zonas de origem não tenha sido descartada, também está sendo considerada a utilização da força de trabalho da Secretaria do Tribunal para suprir essa demanda. A regra de suspensão do teletrabalho a partir de 1º de agosto permanece válida, mas estamos analisando em conjunto com a Diretoria Geral, uma minuta de Portaria prevendo as exceções. Quanto à responsabilidade das Zonas Eleitorais, afirmou que os juízes são os responsáveis, mas a reorganização da SJU foi feita em colaboração com os magistrados. Enfatizou que o planejamento das atividades presenciais durante o período eleitoral está em andamento e será atendido. Desconhece questões de privilégios e ressaltou que a Justiça Eleitoral enfrenta um quadro deficitário, embora a Secretaria esteja sempre buscando apoiar as Zonas Eleitorais. Reconheceu as sazonalidades na carga de trabalho e a insuficiência de força de trabalho, destacando a necessidade de trabalhar com os recursos disponíveis. A minuta do normativo de teletrabalho está em elaboração e será discutida posteriormente.

Williams Sobreiro Soares, Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), formulou dois questionamentos: se haverá mudança na regra e se os juízes terão autonomia para decidir sobre o teletrabalho dos servidores de suas Zonas. Destacou que, apesar da transferência das atividades judiciais, outras tarefas continuam e os cartórios ainda precisam de apoio. Propôs uma consulta prévia aos juízes e servidores em teletrabalho para colher opiniões sobre o retorno, seguida pela discussão da minuta do teletrabalho em uma reunião com os juízes e chefes de cartório, possivelmente, até o final de junho.

Chefe da 55ª ZE (Carutapera), Joelma Neres Torres, entendeu que serão analisados caso a caso.

Magistrado da 50ª ZE (Vargem Grande), Dr. Paulo De Assis Ribeiro, destacou que os servidores das Zonas Eleitorais do interior enfrentam uma carga de trabalho elevada, mesmo com a transferência da atividade jurisdicional para a SJU. Isso resulta em uma situação estressante para os servidores, que se sentem menosprezados, apesar de serem fundamentais para o processo eleitoral. Mencionou ainda a necessidade de uma distribuição equitativa da força de trabalho entre as unidades das Zonas e o administrativo, visando melhorar o ambiente de trabalho para todos. Ressaltou a importância de ouvir os servidores em teletrabalho, os magistrados e os colegas que estão trabalhando presencialmente. Afirmou que, enquanto isso não for feito, a norma atual deve ser respeitada.

Chefe da 22ª ZE (Balsas), Acácio Vieira Carneiro Filho, reforçou a preocupação sobre o retorno dos servidores em teletrabalho e solicitou uma análise cuidadosa da situação. Explicou que sua Zona Eleitoral enfrentará dificuldades ao perder um servidor que está em teletrabalho, o que tornará a situação bastante complicada.

Magistrado da 4ª ZE (Balsas), Dr. Jorge Antônio Sales Leite, mencionou que o teletrabalho está sendo eficaz em sua Zona, obtendo uma produtividade excelente, até maior do que se fosse presencial, permitindo ao chefe de cartório realizar outras atividades. Embora seja a favor do teletrabalho, sugeriu a realização de uma pesquisa com os servidores em teletrabalho para saber se desejam retornar ao presencial. Destacou a importância de pesquisas sobre a produtividade antes e depois do teletrabalho, bem como o sentimento dos servidores em relação a essa modalidade, para uma análise objetiva da situação.

Diretor Geral, Mário Lobão (DG), destacou a importância de discutir mais profundamente o tema em questão. Informou que buscaram experiências bem-sucedidas em outros estados, como a SJU (Secretaria Judiciária Única) do TRE-CE, considerada pelo CNJ a melhor produtividade de todos os TREs. Essa prática foi implementada e está sendo aprimorada pelo TRE-MA, visando criar uma força de trabalho mais eficiente e equitativa na distribuição de processos. Inicialmente, foi criado o NAPE (Núcleo de Apoio Processual e Eleitoral), composto por servidores exclusivamente em teletrabalho, e, posteriormente, a SJU. Devido às dificuldades em completar o quadro de pessoal, a solução é utilizar tecnologias para aumentar a eficiência dessa força de trabalho. Quanto ao retorno dos servidores, será avaliado caso a caso pela SGP, que possui as ferramentas e mecanismos necessários para essa análise.

Secretaria Judiciária Única de 1º e 2º Graus (SJU), Diego Rodolfo Abreu Silva, destacou que a força de trabalho do 1º grau é principalmente composta por servidores em teletrabalho, que faziam parte do NAPE, originários das Zonas Eleitorais e já trabalhavam remotamente. Enfatizou a necessidade de mais 50 servidores para lidar com, aproximadamente, 24 mil processos de registro de candidaturas e representações eleitorais. Pretende verificar como o TRE-CE, Tribunal de médio porte, semelhante ao TRE-MA, abordará essa questão para tomar a melhor decisão. Ressaltou que esse assunto é complexo e exigirá um diálogo extenso entre a Administração, os magistrados e a SGP.

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, Vice-Presidente e Corregedor, informou que estava em sessão do TJMA, por isso não ingressou desde o início. Solicitou que a reunião continuasse, ressaltou que permaneceria à disposição.

4. Regular o recrutamento para preenchimento de cargos comissionados, com adoção de critérios objetivos. A fim de garantir isonomia na seleção: **Chefe da 55ª ZE (Carutapera), Joelma Neres Torres**, reforçou o pedido por mais transparência e critérios objetivos no preenchimento de vagas temporárias, buscando oferecer oportunidades iguais para todos os servidores.

Secretário de Gestão de Pessoas, Gilson Rodrigues Borges, explicou que há regras objetivas para o preenchimento de cargos temporários, como a exigência de que apenas servidores de Zonas com mais de três funcionários ou com formação específica possam participar.

5. Aumento das requisições administrativas de ponto. Passando de 10 (dez) para 15 (quinze) ou 20 (vinte) requisições mensais. O pedido fundamenta-se nas constantes quedas de Internet: **Secretário de Gestão de Pessoas (SGP), Gilson Rodrigues Borges**, informou que o pleito pode ser analisado com a utilização de critérios.

6. Aumento da tolerância de batida em pedidos de extensão de 15 minutos para 1 hora, antes e depois do horário do pedido, devido às dificuldades encontradas no período do fechamento do cadastro eleitoral: **Secretário de Gestão de Pessoas (SGP), Gilson Rodrigues Borges**, mencionou que a tolerância de 15 minutos é uma prática cultural e não considera o pedido razoável.

7. *Aumento da quantidade de mandados a serem cumpridos por mês pelos oficiais de justiça, possibilidade de usar a quantidade de mandados disponíveis e não utilizadas referentes a outros meses, aumento do prazo para informar ao TRE os mandados cumpridos e pagamento no mês seguinte à informação:* **Chefe da 55ª ZE (Carutapera), Joelma Neres Torres**, solicitou atenção especial da SGP para aumentar a quantidade de mandados por mês e lidar com o acúmulo dos meses não utilizados integralmente, além de rever o valor fixo de R\$ 20,00 pago por dia, independentemente, da quantidade de mandados.

Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares, reafirmou que o valor de R\$ 20,00 por dia para o cumprimento das diligências é muito baixo e sugeriu a busca por soluções, especialmente durante períodos críticos, como o fechamento do cadastro eleitoral.

Diretor Geral, Mário Lobão (DG), informou ser necessário buscar boas experiências, assim como foi feito com relação a SJU. Ressaltou que os Chefes de Cartórios podem buscar soluções com outros colegas e sugerir para que possam implementar o que for justo.

Coordenador de Gestão do Cadastro Eleitoral e Orientação (COGEO), Roberto Magno Aguiar Frazão, mencionou a detecção de numerosas transferências irregulares para certas localidades sem vínculo, o que gerou dificuldades para os Oficiais de Justiça ao notificar os envolvidos.

Magistrado da 4ª ZE (Balsas), Dr. Jorge Antônio Sales Leite, sugeriu realizar um estudo sobre como outros tribunais lidam com esse pagamento, visando encontrar soluções para que seja efetuado apenas quando necessário ou para aumentar o valor, considerando que o montante atual é muito baixo.

Secretário de Gestão de Pessoas (SGP), Gilson Rodrigues Borges, se comprometeu a verificar como outros órgãos Regionais estão lidando com essa questão, visando melhorá-lo.

8. *Compromisso da alta direção com o pagamento das horas extras realizadas no ano de 2020, em vista do prazo de 5 anos para expiração:* **Secretário de Gestão de Pessoas (SGP), Gilson Rodrigues Borges**, informou que, assim como em anos anteriores, sendo de interesse a alta administração, esse pedido será feito.

Chefe da 55ª ZE (Carutapera), Joelma Neres Torres, destacou que os servidores solicitam sensibilidade da Presidência em relação às horas extras de 2020, que expiraram em 2025 e não podem ser convertidas em folgas devido às demandas do cartório e à falta de pessoal. Solicitou que, ao serem questionados pelo TSE sobre a necessidade de pagamento de horas extras, o TRE-MA informe sobre as horas extras de 2020.

Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares, frisou que o pleito dos servidores é que a alta Administração requeira ao TSE o pagamento das horas extras pretéritas que irão expirar em 2025.

Diretor-Geral, Mário Lobão, se comprometeu a discutir pessoalmente com o Desembargador Gonçalo, mas alertou que o TSE não apresentou boas previsões orçamentárias para este ano, devido ao aumento de 6% nos gastos com servidores. Ele explicou que o aumento nas despesas obrigatórias reduz o orçamento disponível para despesas discricionárias, como as horas extras. No entanto, se as previsões do TSE não se confirmarem e houver disponibilidade, será considerado o pagamento das horas extras.

Secretária de Administração e Finanças (SAF), Leana Batista Neves, acrescentou que, devido ao limite financeiro, a antecipação das férias de janeiro será paga em janeiro.

9. *Prorrogação do termo de cooperação com Prefeituras onde existem postos de atendimento por mais dois anos, já que o anterior está com data vencida e o TRE pretende utilizar a estrutura para a transmissão dos dados das eleições:* **o Secretário de Gestão de Pessoas, Gilson Rodrigues Borges**, informou que os Acordos de Cooperação Técnica, atualmente, estão em vigor e serão renovados na próxima semana, sendo importante destacar que possuem caráter temporário.

CORREGEDORIA

1. *Reunião mensal com a Corregedoria para padronizar procedimentos:* **o Assessor-Chefe da Corregedoria (ASCRE), Klayton Noboru Passos Nishiwaki**, cumprimentou os magistrados, colegas de cartório e servidores, destacando a importância das reuniões para aprimorar o debate das demandas e encontrar melhores soluções. Reconheceu que é natural haver divergências devido a questões orçamentárias ou normativas, mas enfatizou que a Corregedoria sempre diligenciará o atendimento dos pleitos, especialmente, em relação à qualidade do trabalho dos servidores. Registrou que, após conversa com o Corregedor, concordam com a realização de reuniões mensais, destacando a importância desses diálogos. Ressaltou que buscarão formas de aprimorar os canais de comunicação entre a Corregedoria e os Cartórios.

Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares, parabenizou a Corregedoria por concordar com as reuniões mensais, visando esclarecer assuntos técnicos e padronizar procedimentos específicos.

2. *Solução para a questão de recebimento de comunicações de óbitos e suspensões de direitos políticos por e-mail dos TREs de São Paulo e Santa Catarina que não utilizam o sistema Infodip, apesar da obrigatoriedade:* **Chefe da 55ª ZE (Carutapera), Joelma Neres Torres**, solicitou que os estados que ainda não utilizam o Infodip enviem suas informações para a Corregedoria, para que ela possa filtrar tais dados e registrá-los.

Coordenador de Gestão do Cadastro Eleitoral e Orientação (COGEO), Roberto Magno Aguiar Frazão, mencionou que a solução criada pelo TRE-PR, adotada pelo TRE-MA em 2015, traz benefícios como o recebimento de comunicações de direitos políticos, óbitos e comunicação com o Elo. Posteriormente, o Infodip foi adotado nacionalmente, embora tenha enfrentado resistência de alguns Regionais, como São Paulo. No entanto, quando foi adotado pelo CNJ tornou-se obrigatório. Desde então, foi estabelecido um cronograma para sua utilização por todos os Regionais. Ressaltou que a Corregedoria não possui equipe suficiente para assumir a atividade de realizar tais registros, daí a necessidade dessas comunicações continuarem a ser efetuadas pelos Cartórios.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1. *Contratação de serviços alternativos de internet, a fim de prestar de forma contínua os serviços eleitorais (sem interrupções constantes ocasionadas por queda no link de internet):* **Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares**, enfatizou que o problema persiste e questionou sobre a possibilidade de contratação de uma contingência, como um link via satélite.

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), José Wagner Sales Ferreira, cumprimentou os presentes e informou que, após reuniões com representantes da empresa, foram identificados pontos de melhoria, como a troca de subcontratadas, o que resultou em uma melhor qualidade no serviço prestado. Destacou a parceria com o Tribunal de Justiça para utilizar a estrutura dos Fóruns das Comarcas. Mencionou que a redundância do link de internet já consta como um projeto no Plano Estratégico, visando evitar interrupções.

2. *Maior agilidade no atendimento da central TI:* **Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), José Wagner Sales Ferreira**, relatou que entre março e junho de 2023 foram instalados 135 postos de atendimento, resultando em um aumento significativo da demanda. Para melhorar o serviço prestado, o número de atendentes aumentou de 6 para 8. Sugeriu que os chamados fossem abertos via e-mail para uma resposta mais rápida, em vez do uso do WhatsApp. Destacou a importância do feedback para a melhoria do serviço, seja atualizando a base de conhecimento ou aprofundando a capacitação dos atendentes.

Chefe da 20ª ZE (Viana), Windson José David e Silva, ressaltou que o atendimento anterior era mais eficiente, porém, houve mudança que resultou em demora na prestação do serviço.

Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares, sugeriu a criação de uma fila de atendimento, para informar aos solicitantes sua posição em relação aos demais.

Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (COINF), Christiano Anderson Neitzke, acrescentou que os usuários dos novos postos têm menos treinamento, resultando em um aumento de demanda/chamados. O TRE está buscando novas licenças do WhatsApp Business para permitir mais atendimentos simultâneos. Contudo, atualmente, está utilizando a versão gratuita, que possui limitações. Destacou que o e-mail é o melhor meio para abrir chamados e mencionou que, após a aquisição das licenças, serão criadas filas. Encorajou os servidores a fornecer feedback através do formulário de avaliação, incluindo críticas e sugestões de melhorias.

3. *Aperfeiçoamento do sistema de diárias (SD) para que os servidores solicitem o pedido com todos os detalhes e o juiz acesse de forma simples para conhecimento e deferimento, a exemplo da modificação feita no Cronosweb para solicitação de extensão de carga horária:* **Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), José Wagner Sales Ferreira**, explicou que o sistema segue a regra de negócio atual e que qualquer mudança nessa regra resultará em uma alteração no sistema. Ele solicitou que a ata da reunião seja enviada para que a equipe responsável possa realizar as mudanças necessárias no sistema SD. Por fim, esclareceu que a STIC está à disposição de todos.

Chefe da 55ª ZE (Carutapera), Joelma Neres Torres, destacou que o pedido é para que o chefe de cartório preencha o sistema, enquanto o Juiz aprova ou não tal solicitação.

Chefe da 20ª ZE (Viana), Windson José David e Silva, esclareceu que a mudança não afeta quem toma a decisão, apenas quem insere o pedido no sistema.

Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares, explicou que, como os juízes mudam a cada dois anos e precisam aprender a usar todos os sistemas a cada alternância. Ilustrou isso com o exemplo do pedido de extensão da carga horária, na qual o registro é efetuado pelo servidor, mas a decisão cabe ao Juiz.

Chefe da 22ª ZE (Balsas), Acácio Vieira Carneiro Filho, ressaltou que o pedido surge da dificuldade de alguns juízes em preencher o sistema, mas enfatizou que a decisão continuará sendo deles e o processo fluirá normalmente a partir desse ponto.

Secretário de Gestão de Pessoas, Gilson Rodrigues Borges, compreendeu que a mudança será operacional, envolvendo o Chefe de Cartório que fará o lançamento e o Juiz Eleitoral autorizará ou não. Concordeu com a realização da mudança no sistema SD.

SECRETARIA DE JUDICIÁRIA ÚNICA

1. *Aprimoramento dos meios de comunicação da SJU e zona eleitoral:* **Gabinete da Secretaria Judiciária Única de 1º e 2º Grau (GABSJU), Flauberth Silva Santos**, saudou a todos, informou que estava representando o Secretário Diego Silva, que estava em reunião do COPTREL, no Amapá. Mencionou que já foram divulgados os contatos para comunicação, como os ramais e o WhatsApp Business, além das atribuições e responsabilidades dos servidores. Quanto à data da próxima reunião, afirmou que será discutida internamente e comunicada, posteriormente, pelos canais oficiais.

Chefe da 55ª ZE (Carutapera), Joelma Neres Torres, destacou a importância de realizar reuniões para esclarecer dúvidas e definir claramente as responsabilidades de cada um, especialmente durante o período do registro de candidaturas. Enfatizou que sua opinião reflete a posição do COM1GR, não a da Chefe da Zona de Carutapera.

Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares, destacou que a 67ª ZE decidiu não utilizar a assessoria da SJU, mas mantém contato com o Secretário Diego para esclarecer dúvidas, agradecendo pelo apoio oferecido. Sugeriu uma linha de comunicação no período da manhã e enfatizou que os servidores não se opõem à SJU, apenas têm dúvidas sobre a movimentação dos processos. Ressaltou que todos estão comprometidos com o trabalho da Justiça Eleitoral, buscando garantir a eficiência das atividades administrativas e jurisdicionais.

Secretário Judiciária Única de 1º e 2º Grau (SJU), Diego Rodolfo Abreu Silva, saudou a todos e informou estar na reunião do Colégio de Presidentes, representando o Diretor, acompanhando o Dr. Júlio Praseres, que foi representando o Des. Presidente. Mencionou que houve reuniões prévias antes da implantação da SJU para esclarecer dúvidas dos Chefes de Cartórios e juízes eleitorais. Disse que está receptivo a mais encontros visando esclarecer dúvidas. Destacou que o Regulamento Administrativo da SJU foi enviado aos Chefes de Cartórios e ressaltou o sucesso do projeto. Reconheceu, contudo, a importância de melhorar a comunicação com as Zonas Eleitorais. Mencionou a postura agressiva de alguns Chefes de Cartórios, reforçando que não será tolerada qualquer ameaça ao trabalho ou a integrantes da SJU. Informou que alguns servidores já estão trabalhando pela manhã para atender as Zonas Eleitorais.

CRE/ASESP/SGP/SAF/ASGEL E STIC

1. *Debate com o comitê ou com chefes de zonas sobre atos normativos que afetem o primeiro grau de jurisdição antes de sua edição e publicação. Exemplo: provimento 8/2023 (fechar lote todo dia):* **Coordenador de Gestão do Cadastro Eleitoral e Orientação (COGEO), Roberto Magno Aguiar Frazão**, explicou que o envio e fechamento diário do lote é uma exigência do TSE, priorizando sua imediata realização, o que impossibilitou a comunicação prévia com todas as zonas eleitorais.

Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares, destacou que uma das competências do COM1GR é opinar sobre questões que afetem o primeiro grau, citando o Provimento 8 como um exemplo. Sugeriu que, sempre que viável, os Comitês sejam consultados antes da edição de normativos.

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), José Wagner Sales Ferreira, acatou integralmente o pedido.

Secretaria de Administração e Finanças (SAF), Leana Batista Neves, informou que em relação aos assuntos relacionados a SAF, o COM1GR será consultado.

Gabinete da Secretaria Judiciária Única de 1º e 2º Grau (GABSJU), Flauberth Silva Santos, acolheu o pedido.

Assessora Especial da Presidência (ASESP), Luciana Linard Silva Malveira, se comprometeu a realizar uma verificação final em sua unidade antes da apreciação da Presidência para garantir que o assunto tenha sido discutido previamente com as zonas eleitorais.

Secretário de Gestão de Pessoas, Gilson Rodrigues Borges, destacou que tornar essa discussão operacional não é simples, pois algumas determinações vêm da Administração superior. Enfatizou a importância do debate e comprometeu-se a viabilizar o que for possível. No entanto, o Diretor Geral pediu que a aprovação seja adiada até que ele possa compreender e analisar melhor a questão.

Coordenadora da Coordenadoria de Gestão e Modernização, Karla Abdala, destacou que o COM1GR pode ser contatado via e-mail comiteprimeirograu@tre-ma.jus.br ou SEI: COM1GR. Mencionou que Regina, ASGEL, foi chamada para outra reunião, mas concordou em consultar as Zonas Eleitorais para que possam apresentar suas contribuições antecipadamente. Além disso, informou que o Diretor Geral deseja submeter o tema à apreciação do Presidente e, posteriormente, emitirá sua opinião.

2. Uso de meios de comunicação oficiais, tais como e-mail, Siocrez e SEI. Evitar que as comunicações sejam realizadas única e exclusivamente por WhatsApp: **Coordenadora da Coordenadoria de Gestão e Modernização, Karla Abdala**, sugeriu o uso do chat do Google Workspace.

Assessora Especial da Presidência (ASESP), Luciana Linard Silva Malveira, questionou a necessidade desse tema constar na pauta devido ao uso do Siocrez e do e-mail. Demonstrou surpresa com a questão, pois também já trabalhou em Zona Eleitoral.

Coordenador de Gestão do Cadastro Eleitoral e Orientação (COGEO), Roberto Magno Aguiar Frazão, explicou que as informações são, inicialmente, colocadas no Siocrez e depois reforçadas ou atualizadas via grupo de WhatsApp.

Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares, reforçou a solicitação de atos oficiais acontecerem via e-mail ou Siocrez, apenas o complemento pelo WhatsApp. Destacou a dificuldade de acompanhar múltiplos grupos de WhatsApp, especialmente, durante anos eleitorais. Mencionou que, em eleições anteriores, as comunicações aconteceram apenas pelo WhatsApp. afirmou que os telefones institucionais estão disponíveis durante o horário de trabalho, das 8h às 14h.

Secretaria de Administração e Finanças (SAF), Leana Batista Neves, concordou com a proposta.

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), José Wagner Sales Ferreira, concordou com a proposta.

Gabinete da Secretaria Judiciária Única de 1º e 2º Grau (GABSJU), Flaubert Silva Santos, concordou e destacou que a SJU já segue essa prática.

Chefe da 55ª ZE (Carutapera), Joelma Neres Torres, perguntou se todos os titulares e suplentes já têm acesso aos meios de comunicação do COM1GR, como: grupo do WhatsApp, lista de e-mails e SEI.

Núcleo de Apoio à Governança, Gislainne Fernanda Paixão Ferreira, informou que o acesso ao SEI do COM1GR foi concedido a todos os integrantes. Mencionou que todos foram adicionados como destinatários na lista de e-mails comiteprimeirograu@tre-ma.jus.br e que solicitou, inclusive, confirmação de recebimento, contudo apenas alguns responderam.

Secretário de Gestão de Pessoas, Gilson Rodrigues Borges, concordou com as palavras de Magno sobre o WhatsApp ser apenas um complemento e destacou que o problema está na cultura de seu uso. Reconheceu que o celular institucional, às vezes, é esquecido. Embora entenda a sugestão do uso do Google Workspace, observou que quebrar a cultura será um desafio.

Assessora de Gestão de Eleições, Célia Regina Carneiro da Silva Mesquita, concordou que as comunicações sejam realizadas pelos meios oficiais e pediu que os membros do COM1GR solicitem aos demais Chefes de Cartório que respondam quando acionados por esses meios oficiais.

Considerações finais:

Chefe da 55ª ZE (Carutapera), Joelma Neres Torres, destacou outras preocupações dos servidores não mencionadas na pauta:

- Licitação da logística: rumores sobre possíveis aumentos de custos com postos de transmissão, provavelmente feitos pelos Correios.
- Locação de veículos: rumores de desinteresse da Presidência em contratar veículos locados.
- Postos de transmissão: preocupações sobre a possibilidade de reunir as Juntas, o que poderia encarecer o processo de ter juízes em cada cidade, afetando as horas extras dos servidores.
- Dificuldades com extensões de carga horária no fechamento do cadastro, resultando em rejeições no sistema ao enviar via SEI.
- Ausência de vagas para o Maranhão no concurso unificado: esperavam-se pelo menos 2 vagas para Analista, mas foi disponibilizado apenas para cadastro reserva.

Assessora de Gestão de Eleições, Célia Regina Carneiro da Silva Mesquita, esclareceu dois questionamentos de Joelma. Sobre a contratação de logística, está em fase de planejamento, e os Correios enviaram uma proposta de preços, o que gerou rumores. Os Correios podem participar da licitação como outras empresas, a contratação será concluída até setembro de 2024. Sobre o processo de locação de veículos está em andamento para atender as Zonas Eleitorais e a Secretaria. Reforçou que, além disso, os juízes podem requisitar veículos, conforme necessário.

Secretaria de Administração e Finanças (SAF), Leana Batista Neves, mencionou que a licitação de veículos está agendada para a próxima semana. Após o certame, será possível determinar se o custo de locação será maior ou menor que nas eleições anteriores.

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), José Wagner Sales Ferreira, observou que algumas modificações no escopo foram necessárias e o planejamento para iniciar a contratação está em fase final.

Secretário de Gestão de Pessoas, Gilson Rodrigues Borges, explicou que dos dois cargos de analistas, um foi destinado ao TRE-PA e o outro convertido em analista contábil para atender à SAF. No entanto, cinco cargos de técnicos judiciários serão disponibilizados às Zonas, além de possíveis cargos adicionais de analistas. A decisão sobre as juntas foi tomada pela administração, ciente dos impactos financeiros. Mencionou casos específicos de extensões de carga horária que podem ser tratados diretamente com o Coordenador de Pessoal, Braga.

Chefe da 67ª ZE (Pedreiras), Williams Sobreiro Soares, pediu esclarecimentos sobre a organização da reunião sobre teletrabalho contando com a participação da SGP, Diretor Geral (se possível), SJU, juízes e chefes de cartório interessados em participar.

Secretário de Gestão de Pessoas, Gilson Rodrigues Borges, solicitou apoio da COGEM para coordenar a reunião sobre o teletrabalho.

Coordenadora da Coordenadoria de Gestão e Modernização, Karla Abdala, informou que sobre a reunião do teletrabalho, será verificado com o COM1GR quem realmente deverá participar. Em seguida, a SGP precisará verificar o melhor dia e horário, informando-os via e-mail, SEI e grupo de WhatsApp. Agradeceu imensamente a participação de todos, inclusive dos que não puderam ficar até o final. Abriu a palavra para quem quisesse tecer considerações finais. Não havendo interessados, a reunião encerrou às 12h50.

Eu, Gislainne Fernanda Paixão Ferreira, lavrei a presente ata, que foi lida, considerada correta e será assinada por todos os membros presentes do Comitê de Atenção ao Primeiro Grau e Conselho Gestor.

Resumo da Pauta X Considerações finais (Ação, decisão ou observação):

ASSUNTO	RESPONSÁVEL	CONSIDERAÇÕES FINAIS
Plano de Enfrentamento aos Riscos dos Processos de Eleição.	ASGEL	Aprovado
Plano Integrado das Eleições 2024.2	ASGEL	Aprovado
Rever as vedações do concurso de remoção.	SGP	Será considerada a flexibilização da regra, levando em conta a situação das Zonas e dos servidores nelas inseridos.
Não abertura de ciclo DFT em ano eleitoral ou que seja fornecido um canal de comunicação durante o horário de funcionamento das zonas para tirar dúvidas.	SGP	DFT é exigido pelo TSE, e será analisada a viabilidade de melhorias, como a uniformização das tarefas.
Suspensão do teletrabalho ou garantir o auxílio dos servidores de teletrabalho a sua zona de origem no período eleitoral.	SGP	Será marcada uma reunião para tratar sobre teletrabalho.
Regulamentar o recrutamento para preenchimento de cargos comissionados, com adoção de critérios objetivos. A fim de garantir isonomia na seleção.	SGP	Prática já é adotada pela SGP
Aumento das requisições administrativas de ponto. Passando de 10 (dez) para 15 (quinze) ou 20 (vinte) requisições mensais. O pedido fundamenta-se nas constantes quedas de Internet.	SGP	O pleito pode ser avaliado com a implantação de critérios.
Aumento da tolerância de batida em pedidos de extensão de 15 minutos para 1 hora, antes e depois do horário do pedido, devido às dificuldades encontradas no período do fechamento do cadastro eleitoral.	SGP	Pleito rejeitado
Aumento da quantidade de mandados a serem cumpridos por mês pelos oficiais de justiça, possibilidade de usar a quantidade de mandados disponíveis e não utilizadas referentes a outros meses, aumento do prazo para informar ao TRE os mandados cumpridos e pagamento no mês seguinte à informação.	SGP	Será revisado o valor em questão para melhorá-lo. Será verificado como outros órgãos Regionais estão lidando com essa questão.
Compromisso da alta direção com o pagamento das horas extras realizadas no ano de 2020, em vista do prazo de 5 anos para expiração.	SGP	Se houver orçamento disponível, o pedido será considerado.
Prorrogação do termo de cooperação com prefeituras onde existem postos de atendimento por mais dois anos, já que o anterior está com data vencida e o TRE pretende utilizar a estrutura para a transmissão dos dados da eleição.	SGP	Os Acordos de Cooperação Técnica estão vigentes e serão renovados, em breve.
Reunião mensal com corregedoria para padronizar procedimentos	CRE	Pedido deferido
Solução para a questão de recebimento de comunicações de óbitos e suspensões de direitos políticos por e-mail dos TREs de São Paulo e Santa Catarina que não utilizam o sistema Infodip, apesar da obrigatoriedade	CRE	O CNJ tornou o uso do Infodip obrigatório e definiu um cronograma para sua implementação em todos os Tribunais Regionais Eleitorais.

Contratação de serviços alternativos de internet, a fim de prestar de forma contínua os serviços eleitorais (sem interrupções constantes ocasionadas por queda no link de internet).	STIC	Foi incluído como projeto no Plano Estratégico o estabelecimento de uma redundância de conexão à internet para evitar interrupções.
Maior agilidade no atendimento da central TI.	STIC	O e-mail é a melhor opção para abrir chamados, mas o canal do WhatsApp será aprimorado com a obtenção de licenças do WhatsApp Business.
Aperfeiçoamento do sistema de diárias (SD) para que os servidores solicitem o pedido com todos os detalhes e o juiz acesse de forma simples para conhecimento e deferimento, a exemplo da modificação feita no Cronosweb para solicitação de extensão de carga horária.	STIC	Deferida a mudança no sistema de diárias SD, permitindo que o preenchimento seja feito pelo servidor e a aprovação (ou não) continue com o Juiz.
Aprimoramento dos meios de comunicação da SJU e zona eleitoral	SJU	Serão realizadas reuniões com as Zonas para esclarecimentos de dúvidas.
Debate com o comitê ou com chefes de zonas sobre atos normativos que afetem o primeiro grau de jurisdição antes de sua edição e publicação. Exemplo provimento 8/2023 (fechar lote todo dia).	CRE/ASESP/SGP/SAF/ASGEL e STIC	O Diretor-Geral submeterá o assunto ao Presidente para aprovação e, depois, emitirá seu parecer sobre o tema.
Uso de meios de comunicação oficiais, tais como e-mail, Siocrez e SEI. Evitar que as comunicações sejam realizadas única e exclusivamente por WhatsApp.	CRE/ASESP/SGP/SAF/ASGEL e STIC	Haverá um reforço em todas as unidades para sejam divulgadas as informações pelos meios oficiais

Data da próxima reunião:

9.8.2024, sexta-feira, às 9h.

Lista de Participantes:

NOME	CARGO
Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho	Presidente
Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira	Vice-Presidente e Corregedor
Dr. Júlio César Lima Praseres	Juiz Auxiliar da Presidência
Luciana Linard Silva Malveira	Assessora Especial da Presidência (ASESP)
Mário Lobão	Diretor Geral
Karla de Faria Abdala Félix	Coordenadora de Gestão Estratégica e Modernização (COGEM)
Gislainne Fernanda Paixão Ferreira	Núcleo de Apoio à Governança (NAG)
Gilson Rodrigues Borges	Secretário de Gestão de Pessoas (SGP)
Leana Batista Neves	Secretária de Administração e Finanças (SAF)

José Wagner Sales Ferreira	Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC)
Diego Rodolfo Abreu Silva	Secretário da Judiciária Única de 1º e 2º Grau (SJU)
Célia Regina Carneiro da Silva Mesquita	Assessora de Gestão de Eleições (ASGEL)
Dra. Nivana Pereira Guimarães	Magistrada da 31ª ZE (Icatu)
Dr. Jorge Antônio Sales Leite	Magistrado da 4ª ZE (Balsas)
Dr. Paulo de Assis Ribeiro	Magistrado da 50ª ZE (Vargem Grande)
Dr. Douglas Lima da Guia	Magistrado da 11ª ZE (Alto Parnaíba)
Dr. Thadeu de Melo Alves	Magistrado da 13ª ZE (Bacabal)
Williams Sobreiro Soares	Chefe da 67ª ZE (Pedreiras)
Windson José David e Silva	Chefe da 20ª ZE (Viana)
Joelma Neres Torres	Chefe da 55ª ZE (Carutapera)
Acácio Vieira Carneiro Filho,	Chefe da 22ª ZE (Balsas)
Juliano Pinto Cassas de Araújo	Chefe da 2ª ZE (São Luís)
Renilda Maria Santos Lopes	Chefe da 89ª ZE (São Luís)
Vanessa Andrade Neiva Eulálio	Chefe da 76ª ZE (São Luís)
Armando Julio Branco Aguiar	Chefe da 33ª ZE (Imperatriz)
Joaquim Tomás Marques Silva Júnior	Chefe da 65ª ZE (Imperatriz)
José Tavares Leite	Chefe da 69ª ZE (Santo Antônio dos Lopes)
Aurilene Oliveira Soares	Chefe da 78ª ZE (Bom Jardim)
Klayton Noboru Passos Nishiwaki	Assessor-Chefe da Corregedoria (ASCRE),
Luiz Gustavo Carvalho de Assis	Coordenador de Educação e Saúde (CODES)
João Wellington Leite Borges	Gabinete da Corregedoria Regional Eleitoral (GABCRE)
Larissa Carvalho de Menezes Fernandes	Gabinete da Corregedoria Regional Eleitoral (GABCRE)
Roberto Magno Aguiar Frazão	Coordenador de Gestão do Cadastro Eleitoral e Orientação (COGEO)
Christiano Anderson Neitzke	Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (COINF)
Flauberth Silva Santos	Gabinete da Secretaria Judiciária Única de 1º e 2º Grau (GABSJU)
Cristovão Eloi Ximenes de Sousa Barros Segundo	Gabinete da Secretaria Judiciária Única de 1º e 2º Grau (GABSJU)
Petrônio de Aguiar Pereira Junior	Coordenador de Assuntos Judiciários e Correicionais (COJUC)
Neila Marilda Soares Moraes	Chefe da Seção de Processamento do 1º Grau (SEPRO)
Bruno Martins Silva	Seção de Processamento do 1º Grau (SEPRO)
Danielle de Oliveira Cavaignac	Coordenadora de Imprensa e Comunicação Institucional (COIMC)
Antonio Ferreira Da Costa Filho	Núcleo de Segurança da Informação (NSI)
Flávio Ricardo Louzeiro Ferreira	Núcleo de Gestão de Web (WEB)



Documento assinado eletronicamente por **GISLAINNE FERNANDA PAIXÃO FERREIRA**, **Técnico Judiciário**, em 20/06/2024, às 08:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ACÁCIO VIEIRA CARNEIRO FILHO**, **Técnico Judiciário**, em 20/06/2024, às 10:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WINDSON JOSÉ DAVID E SILVA**, **Analista Judiciário**, em 20/06/2024, às 12:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEANA BATISTA NEVES**, **Secretário(a)**, em 20/06/2024, às 13:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON RODRIGUES BORGES**, **Secretário(a)**, em 20/06/2024, às 13:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ GONÇALO DE SOUSA FILHO**, **Presidente**, em 20/06/2024, às 14:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KARLA DE FARIA ABDALA FÉLIX**, **Analista Judiciário**, em 20/06/2024, às 14:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CÉLIA REGINA CARNEIRO DA SILVA MESQUITA**, **Técnico Judiciário**, em 20/06/2024, às 14:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KLAYTON NOBORU PASSOS NISHIWAKI**, **Assessor Chefe da Corregedoria**, em 20/06/2024, às 14:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA LINARD SILVA MALVEIRA**, **Analista Judiciário**, em 20/06/2024, às 14:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ WAGNER SALES FERREIRA**, **Secretário(a)**, em 20/06/2024, às 15:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIO LOBÃO CARVALHO**, **Diretor Geral**, em 20/06/2024, às 16:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO RODOLFO ABREU SILVA**, **Secretário(a)**, em 20/06/2024, às 17:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO ANDERSON NEITZKE**, **Coordenador(a)**, em 20/06/2024, às 18:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO MAGNO AGUIAR FRAZÃO**, **Coordenador(a)**, em 21/06/2024, às 09:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO PINTO CASSAS DE ARAUJO**, **Técnico Judiciário**, em 25/06/2024, às 13:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2191891** e o código CRC **1AB40CF7**.